

Trabalho de Conclusão de Curso (2022)

EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL E AGRESSIVIDADE FISCAL DAS COMPANHIAS DISTRIBUIDORAS E COMERCIAIS LISTADAS NA B3

Tomaz da Silva Melo¹, Augusto Cezar da Cunha e Silva Filho²

Resumo: O objetivo da presente pesquisa expressa-se em analisar o efeito da agressividade fiscal sobre a evidenciação contábil das companhias brasileiras listadas na Bolsa, Brasil, Balcão B3 que atuam no setor comercial e distribuição. O estudo teve início com uma amostra de 34 empresas, levando em consideração um recorte longitudinal que contemplou dados de 2012 até 2021. Foi empreendido um índice de divulgação, tomando como base o CPC 32 e NBC 32, na qual resultou na variável dependente. As variáveis de interesse envolveram as métricas de agressividade fiscal (BTD - *Book Tax Differences*; ETR - *Effective Tax Rate*). Os resultados mostraram que a agressividade fiscal apresenta efeito negativo (ETR) e positivo (BTD) em relação ao nível de evidenciação contábil de tributos sobre o lucro das companhias do setor comercial e distribuição da B3. Ademais, foi observado influência positiva sobre o índice de divulgação, variável que identifica o desempenho empresarial sobre o patrimônio e nível de governança. Tais resultados apresentam convergência com a literatura que se inclina em estudar o fenômeno de evidenciação, agressividade tributária e taxa efetiva de tributos

Palavras-chave: Evidenciação contábil. Agressividade fiscal. Taxa efetiva de tributos.

1 INTRODUÇÃO

Estudos que visam analisar os possíveis efeitos causados por decisões empresariais que adotam planejamento tributário agressivo, contando assim, com o potencial de refletir em pontos associados à avaliação de desempenho organizacional, segundo Araújo e Filho (2018) inauguram a contribuição científica na área tributária e evidenciação contábil. Nesse contexto, os autores abordam a evolução nos critérios exigidos pelos usuários das informações contábeis, no que envolve a evidenciação tributária, não somente exigida das instituições de Estado, mas fruto de contribuições originárias de ambientes acadêmicos, regulatórios e empresariais. A agressividade fiscal, observada por Hanlon e Heitzman (2010) como forma, a princípio de perfil lícito, de posicionar a empresa distante dos cenários de tributação comumente compartilhados pela média das demais organizações.

Franzotti e Valle (2020) levantaram nas suas observações pontos envolvendo as limitações de acesso a recursos financeiros, especialmente aqueles que integram o ambiente das organizações brasileiras. Em vista disso, Martinez e Silva (2018) identificaram significância na associação entre empresas com práticas tributárias agressivas e ambientes com restrições financeiras, de modo que o esforço para a geração de caixa para investimentos, direciona decisões que aproximam as empresas a riscos decorrentes de posições tributárias agressivas. Fonseca e Costa (2017) reforçam a complexa linha causal que pode explicar ações tributárias agressivas, logo que a análise da rentabilidade empresarial, vem associada a diferenças significativas entre o Lucro Contábil e o Lucro

¹ Bacharelando em Ciências Contábeis.

² Professor da UFERSA. Doutor em Ciências Contábeis pela UFPB.

Tributável, componentes esses apresentados pela literatura científica como métrica de gerenciamento tributário.

Os resultados apresentados por Costa e Junior (2020) mostram que as empresas incorporadas por outros grupos empresariais, apresentam taxas menores de tributos, em comparação ao ano anterior da reorganização societária. Nesse sentido, fica claro que o planejamento tributário agressivo, se coloca como ponto relevante para a construção de observações sobre as empresas de capital aberto, especialmente no que diz respeito à análise de seus objetivos estratégicos. Tais achados convergem com a discussão empreendida por Ramos e Martinez (2018), que estudaram os efeitos da agressividade tributária sobre o refazimento das demonstrações contábeis, analisando que as empresas que contam com histórico de refazimento contábil estão associadas ao planejamento tributário agressivo.

Além do contexto apresentado, os setores de comércio e comércio e distribuição da B3, estudados pela presente pesquisa, contam com características particulares em relação a diversidade de produtos e sensibilidade ao comportamento do consumo das famílias. Diante do exposto, fica claro os possíveis efeitos, tomando como perspectiva o ambiente interno, além dos seus efeitos externos à organização ao passo da adoção de práticas tributárias agressivas. Logo a **presente pesquisa objetiva analisar o efeito da agressividade fiscal sobre a evidenciação contábil das companhias brasileiras listadas na Bolsa, Brasil, Balcão B3 que atuam no setor comercial e distribuição.**

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evidenciação Tributária

A década que antecede o início dos anos 2000, ficou marcada por crises financeiras que envolveram líderes econômicos asiáticos, europeus e americanos, que segundo Ellwanger (2018), pressionou os ambientes de discussão sobre possíveis formas de minimização dos danos, aliado a implementação de ações sustentáveis a longo prazo. Nesse sentido, não apenas o Estado, mas os demais agentes econômicos foram contemplados com avanços nas exigências em relação a evidenciação de informações relacionada a tributação, sendo seu entendimento centralizado na publicação da International Accounting Standards (IAS) 12 *Income Taxes*, realizado pelo IASB em 1996. Diante dos achados de Canedo, Guedes e Castro (2019), tal cenário apresenta a inclinação de organismos normativos em elevar o nível de evidenciação das entidades, sendo a tributação um componente particular para observar a performance de resultados das organizações.

Diante disso, o processo de revisão da norma internacional é permanente e sensível às mudanças de ordem tecnológica, política e econômica. Em âmbito nacional, sua introdução se realizou em 2009, por meio do Pronunciamento 32 – Tributos Sobre o Lucro de responsabilidade do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obtendo seu reconhecimento como Norma Brasileira de Contabilidade, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da NBC TG 32, no mesmo ano. Diante do empenho das instituições internacionais e nacionais, Colli, Telles e Marques (2020) destacam que existe fragilidade na evidenciação tributária das empresas brasileiras listadas na Bolsa Brasil Balcão B3, na presença da estrutura normativa vigente, salvo alguns perfis específicos de atividade e regimes de tributação.

No estudo de Souza, Martinez, Murcia e Bastos (2019), no qual foram observadas 300 empresas listadas na B3 durante 2010 a 2016, se constatou deficiências na divulgação de informações de ordem tributária e contábil. Nesse aspecto, empresas comprometidas com sustentabilidade, governança e responsabilidade ambiental, sob a ótica da avaliação do nível de evidenciação, apresentam maior grau de cumprimento das normas de divulgação. Ao agregar um cenário internacional, Castro, Vieira e Pinheiro (2016), observaram a existência de assimetria informacional fiscal, sendo sua identificação devida ao distanciamento normativo e fiscal brasileiro, em relação ao americano. Tal fato compromete o exame dos usuários das informações contábeis, por submeter a avaliação dois perfis de demonstrativos diferentes, divulgados pela mesma empresa listada na *New York Stock Exchange* (NYSE) e B3

2.2 Agressividade Fiscal

Ações de natureza estratégicas que objetivam a interferência, respeitando a discricionariedade que a legislação impõe, direcionada a minimizar os efeitos da tributação sobre a atividade empresarial, em cenários prováveis, segundo Hanlon e Heitzman (2010), se configuram como planejamento tributário. Nesse aspecto, Balakrishnan, Blouin e Guay (2019), pontuam que o empenho voltado a redução de obrigações fiscais, que recepciona o termo “agressividade” em matéria de tributos, é assistido por unidades que demandam recursos de ordem humana, tecnológica e jurídica. Logo que, as empresas agressivas em âmbito fiscal, se expõem ao risco de sofrerem penalidades, decorrentes de discordâncias originárias das autoridades fiscais.

Diante disso, outros pontos podem estar no escopo do objetivo finalístico da empresa, que envolvem a percepção de terceiros sobre seu valor de mercado, por meio da caracterização da agressividade tributária, sendo objeto de estudo de Xu, Mo e Peng (2020). Seus achados, demonstram que apesar dos benefícios advindos da minimização dos recursos recolhidos à fazenda pública, se faz prudente prospectar conjunturas que venham a tornar mais rígidas a legislação fiscal, evidenciado uma relação negativa entre agressividade tributária e valor da empresa. Em concordância com Balakrishnan, Blouin e Guai (2019), consideram-se o reconhecimento dos custos que podem danificar os prováveis benefícios, decorrentes da conformidade que as reformas e modificações legais impõem.

Higgins, Omer e Phillips (2014) discutem que a agressividade tributária pode se tornar um instrumento para a otimização de ações voltadas ao planejamento estratégico, em que Miles e Snow (1978), denominam em seu estudo como garimpeiras, analisadoras e prospectoras. Nesse sentido, as organizações que além de serem adaptadas a busca por ambientes de elisão fiscal, podem objetivar oportunidades em cenários associados a graus maiores de rentabilidade, porém acompanhado de riscos de perda elevados. Em oposto, as empresas “analisadoras”, partem da premissa da prudência em relação a exploração de atividades sensíveis a riscos, estando assim, distantes da adoção de instrumentos que possam potencializar perdas a longo e curto prazo.

2.3 Estudos Recentes

Ao estudar as possíveis influências da agressividade tributária sobre o custo da dívida das empresas com ações negociadas na B3, Martinez e Silva (2017) identificaram que pode existir uma associação entre custos maiores de dívida em relação a práticas tributárias menos agressivas. No sentido desse estudo, Moraes, Nascimento, Soares e Primola (2021), pesquisaram a associação da agressividade tributária com o nível de transparência corporativa, tomando como base um índice *disclosure* (divulgação) fundamentado no CPC 32. Ficando identificados, comprometimentos na transparência, ao ponto que se submetia os demonstrativos financeiros e auxiliares ao crivo do índice, em particular, nas organizações mais agressivas tributariamente.

O envolvimento das empresas em ações caracterizadas como sustentáveis, segundo Martinez e Ramalho (2017) vem ocupando espaço no processo operacional de geração de valor para as companhias. Esse processo pode ser associado a características tributárias menos agressivas das empresas, que atendem os critérios de sustentabilidade de ativos definidos pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Nessa mesma linha de discussão, os índices calculados para avaliar Liquidez e Endividamento, foram observados por Chiachio e Martinez (2019) como associados a empresas que são cautelosas tributariamente, contando assim com maiores graus de solvência em detrimento das organizações agressivas.

Ao pesquisar a qualidade da informação contábil, Santos, Guimarães e Macedo (2018), diante de 727 observações de empresas não financeiras que atuam no Brasil no período de 2010 a 2017, observaram que o ETR (*Effective Tax Rate*) influencia as propriedades informacionais do Lucro. Nesse contexto, Moraes, Nascimento, Soares e Primola (2021) se associam ao estudo anterior, ao ampliar a observação por meio do índice, identificando o comprometimento informacional das organizações que são qualificadas como tributariamente agressivas. Ao passo que a agressividade tributária possui efeitos diante da

qualidade informacional contábil, além de aspectos voltados à evidenciação, Martinez e Rodrigues (2020), observaram que a diversificação é um item que acompanha o escopo de associações positivas com a agressividade tributária apresentados até o momento.

Na pesquisa de Martinez (2017), se fez um apanhado dos estudos que envolvem a temática da agressividade tributária em âmbito nacional e internacional, sendo observados estudos que tinham como objeto de pesquisa itens inerentes à atividade econômica das empresas. Esses itens, envolvem a abordagem de indicadores de rentabilidade empresarial, composição do custo de capital, crescimento e taxa de reinvestimento, sendo estes, observados em sua substância informacional, relevantes para a tomada de decisão de investidores e credores. Diante desse estudo, Costa e Junior (2020) adicionaram à literatura os resultados das observações sobre os possíveis efeitos causados pelo planejamento tributário agressivo, diante de organizações empresariais resultantes de reorganizações societárias.

Desse modo, a hipótese de pesquisa formulada no presente estudo, se dirige a analisar o comportamento do Índice de Divulgação (*disclosure*) em relação aos tributos sobre o lucro de organizações que atuam no Subsetor Bovespa de Comércio e Distribuição, frente a identificação de práticas tributárias agressivas. Esse fenômeno, segundo aponta Moraes, Nascimento, Soares e Primola (2021), pode ser explicado pela agressividade fiscal adotada pelas organizações, no sentido de influenciar positivamente ou negativamente o *disclosure* das companhias. Posto isso, se formula a seguinte hipótese de pesquisa: **Agressividade fiscal influencia negativamente a evidenciação referente aos tributos sobre o lucro.**

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se caracteriza por ser bibliográfico, documental e *ex post facto*, na qual essa última envolve o estudo, segundo Fonseca (2002), sobre a investigação de eventos que ocorreram e que podem estar associados a episódios observados posteriormente. Diante disso, a abordagem do problema de pesquisa se faz como quali-quantitativa, logo que na primeira parte do estudo, efetuou-se uma análise de conteúdo do CPC 32, resultando assim na formulação de um *check list*. Essa técnica tem como base o estudo de Moraes, Nascimento, Soares e Primola (2021), no qual submete as notas explicativas e demonstrações financeiras aos pontos de construção do instrumento de análise.

A abordagem quantitativa do presente estudo, se identifica pela necessidade de utilizar análises estatísticas descritivas, como também aplicações econométricas. A população leva em consideração as empresas classificadas no Subsetor de Comércio e Comércio e Distribuição da B3. Ademais, ficam excluídas as companhias com Patrimônio Líquido negativo, como também aquelas com informações contábeis ausentes. Em consequência a isso, a amostra se formou por 34 organizações dos dois subsectores. Justifica-se a escolha dos dois subsectores, diante do fato da inserção no mercado das companhias por meio da exploração de cadeias de produtos diversos, contemplando itens de vestuário até medicamentos controlados. Em complementação, os subsectores comerciais e distribuição apresentados, originam diante da observação de sua performance indicadores da força motriz (consumo das famílias) do PIB brasileiro.

Foi considerado a realização de recorte longitudinal, observando 9 anos de informações que contempla o período de 2012 a 2021, justificando-se por ser um período representativo do quadro de recepção e adaptação das empresas ao atendimento das exigências de divulgação, originadas por força normativa da NBC 32. As bases de dados acessadas para coleta das informações envolveram o Economática, Notas Explicativas e Demonstrativos Financeiros disponibilizadas no sítio da B3.

3.1 Descrição das Variáveis

3.1.1 Variável Dependente

A variável dependente estudada é a evidenciação contábil sobre tributos sobre o lucro das companhias que atuam no subsector de comércio e comércio e distribuição da B3, diante de um recorte longitudinal que se inicia em 2012 até 2021. Em referência ao estudo de Moraes, Nascimento, Soares e Primola (2021), empreendeu-se uma pesquisa qualitativa

diante o Pronunciamento Técnico 32 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro. Sobre o que conceitua Bardin (2011), a análise de conteúdo é dividida em três partes: (i) pré-análise; (ii) exploração do material; (iii) tratamento dos resultados. Nesse sentido, foi explorado o conteúdo do CPC 32, diante do foco da presente pesquisa, delimitando na seção de “Divulgação”, envolvendo os itens e subitens 79 ao 85. Se fez a exclusão dos itens 81 e 82, por tratarem sobre a tributação de dividendos, logo que diante do artigo 10 da lei 9.249/95, não estão no escopo de incidência de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Diante da metodologia utilizada por Moraes, Nascimento, Soares e Primola (2021), foi adotado uma métrica binária, para observar a existência ou não de um determinado item, de forma que, ao receber nota 01 fica considerado a divulgação da informação, caso não, receberá 02. Destaca-se que, a busca pelas informações postuladas pelo CPC 32, não se limitam, no presente estudo, ao escopo de divulgação esperado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Nesses casos, a informação pode ser reconhecida pelo instrumento de coleta, apesar de não ser encontrada na forma ou espaço que o CPC 32 recomenda.

3.1.2 Variáveis Independentes

3.1.2.1 Diferença entre Lucro Contábil e Lucro Tributável (Book - Tax - Differences - BTD)

Para a realização da mensuração do BTD (Book - Tax - Differences), se faz necessário fazer a divisão entre as Despesas Com Tributos sobre o Lucro por 0,34 (percentual que representa às alíquotas, em âmbito nacional dos tributos sobre o lucro), e o produto dessa divisão, posteriormente, subtrai o Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro. Observando essa variável, Moraes, Nascimento, Soares e Primola (2021) justificam seu uso por identificar flexibilidade, diante do arcabouço de normas societárias e fiscais, nas quais versam sobre a temática de Evidenciação de Resultados. O CPC 32, ainda recomenda que as companhias realizem reconciliações, em notas explicativas, para dirimir os efeitos da flexibilidade discutida acima.

3.1.2.2 Alíquota Efetiva do Tributo (Effective Tax Rate – ETR)

A alíquota efetiva do tributo (Effective Tax Rate – ETR), é estudada por diversos pesquisadores, dentre os quais Martinez e Rodrigues (2020) e Martinez e Ramalho (2017), com o intuito de identificar a agressividade fiscal das empresas. Sobre isso, Hanlon e Heitzman (2010) concluem que para se chegar no ETR, se faz necessário a razão entre a despesa com IRPJ e CSLL pelo Lucro Contábil antes dos Impostos (LAIR). Justifica-se a utilização desse indicador, diante dos estudos de Shackelford e Shevlin (2001), logo que ações características de gerenciamento de resultado, refletem na minimização da alíquota 0,34 observada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) identificada no Brasil.

3.1.2.3 Alíquota Efetiva do Tributo em Dinheiro (Cash Effective Tax Rate - CashETR)

O cálculo necessário para encontrar o CashETR envolve a soma dos tributos que foram efetivamente recolhidos à fazenda pública brasileira, sendo esse o numerador da razão na qual seu denominador é o LAIR. Diante disso, Moraes, Nascimento, Soares e Primola (2021) e Hanlon e Heitzman (2010), colocam que essa variável observa a composição fiscal que as empresas estão formando, de forma que, esse dado é produto das ações potenciais de agressividade tributária empreendidas pela empresa. Sua modificação passa a ser um indicador de efeitos fiscais que possuem como causa, a adoção de práticas tributárias agressivas

3.1.2.4 Descrição das variáveis de controle

Foram incluídas no estudo, variáveis de controle que Santos, Guimarães e Macedo (2018) fizeram uso em seu estudo, sob a justificativa que auxiliam, a depender dos componentes que formam essas variáveis, na observação de pontos externos ao processo analisado, mas que podem ser associadas às variáveis dependentes. Nesse sentido, Moraes,

Nascimento, Soares e Primola (2021) fizeram a utilização das variáveis como: rentabilidade (desempenho e alavancagem), como também o nível de governança definido pela B3, *market-to-book*.

3.2 Modelo Econométrico

Os modelos empreendidos possuem a finalidade de verificar a existência de relação ou não, entre a agressividade fiscal identificadas nas companhias que são objetos de estudo do presente trabalho, na qual envolvem organizações que operam em comércio e comércio e distribuição listadas na B3 e seu índice de divulgação contábil. Nesse sentido, para que se verifique a existência do fenômeno descrito, utiliza-se as métricas de agressividade fiscal estudadas por Moraes, Nascimento, Soares e Primola (2021) e Hanlon e Heitzman (2010), além do índice de *disclosure*. Diante disso, foi testado o seguinte modelo:

$$EVIDEN_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 AGRFIS_{i,t} + \beta_2 ALAV_{i,t} + \beta_3 DES_{i,t} + \beta_4 MKB_{i,t} + D_1 NIVELGOV_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

Em que:

$AGRFIS_{i,t}$: Variável independente, na qual se propõe estimar medidas de agressividade fiscal das companhias i , em um período t . Diante disso, observa-se cinco variáveis postulantes em constitui-la, identificadas pela literatura como: Book - Tax – Differences - BTD, Effective Tax Rate – ETR, Cash Effective Tax Rate – CashETR, Effective Current Tax – ETR COR, Effective Deferred Tax Rate – ETR DIF:

- (a) $BTD_{i,t}$: Diferença do lucro contábil e lucro tributável calculado levando em consideração a subtração do lucro contábil pelo lucro tributável, sendo que o produto dessa divisão é dividido pelo ativo total do ano anterior observado pela subtração dos lucros.
- (b) $ETR_{i,t}$: Taxa efetiva de tributos calculada diante do numerador representando a soma da despesa tributária ano observado t , adiciona $t - 1$ e $t - 2$, sendo o denominador dessa fração construído pelo LAIR do ano observado t , adicionado de $t - 1$ e $t - 2$,
- (c) $CashETR_{i,t}$: Taxa efetiva de tributos anual, calculada diante do numerador representando a despesa tributária ano observado t , sendo o denominador o LAIR do ano t .
- (d) $ETRCOR_{i,t}$: Taxa efetiva de tributos correntes, calculada diante do numerador representando a despesa tributária corrente ano observado t , sendo o denominador o LAIR do ano t .
- (e) $ETRDIF_{i,t}$: Taxa efetiva de tributos diferidos, calculada diante do numerador representando a despesa com tributos diferido do ano observado t , sendo seu denominador o LAIR do ano t .

$\beta_2 ALAV_{i,t}$: Alavancagem calculada levando em consideração os empréstimos e financiamentos como numerado da razão, sendo seu denominador o ativo total do ano observado.

$\beta_3 DES_{i,t}$: Desempenho calculada levando em consideração o lucro líquido como numerado da razão, sendo seu denominador o ativo total do ano observado.

$\beta_4 MKB_{i,t}$: Desempenho calculada levando em consideração o valor de mercado como numerado da razão, sendo seu denominador o patrimônio líquido do ano observado.

$D_1 NIVELGOV_{i,t}$: *Dummy* construída observado as empresas que estão no segmento do Novo Mercado, recebem 01, caso contrário recebem 00.

$\varepsilon_{i,t}$: termo de erro.

Os modelos foram estimados por meio das técnicas estatísticas de efeito fixo, efeito aleatório e mínimos quadrados ordinários (*ordinary least squares*). Ademais, os modelos foram realizados para todos os dados que compõem a amostra. Além do mais, o modelo foi

estimado tomando como referência cada métrica de agressividade tributária. Para se proceder, segundo Costa e Junior (2020), as escolhas dentre os estimadores estatísticos de efeito fixo, aleatório e mínimos quadrados ordinários, recomenda-se efetuar os testes Hausmann e de Breusch-Pagan. Os produtos do teste de Breusch-Pagan evidenciaram que, para todas as medições presentes no modelo valor-p igual a 0,00. Constituindo assim, que o estimador de efeitos aleatórios é o mais indicado em detrimento aos mínimos quadrados ordinários.

Após a aplicação do teste Hausmann, no qual observa os estimadores de efeito fixo e aleatório, constatou-se que o valor-p abaixo de 1 %. Indicado assim que o estimador de efeito aleatório é o mais conveniente, em relação ao efeito fixo diante de todos os dados amostrais. Dessa forma, os resultados para cada modelo estatístico utilizam painéis por efeitos aleatórios.

A Tabela 01 apresenta a construção das variáveis independentes da presente pesquisa, estando essas acompanhadas da base teórica, além de suas fórmulas matemáticas.

Tabela 01- Variáveis do Modelo Estatístico

Variáveis	Proxie	Fórmula	Referência	Sinal Esperado
Dependente	EVIDEN	-	CPC 32; NBC TG 32	-
Independente de Interesse (AGRESS)	BTD/AT	$\frac{LAIR - \left(\frac{IRPJ + CSLL}{0,34}\right)}{ATIVO\ TOTAL}$	Martinez e Silva (2017); Moraes, Nascimento, Soares e Primola (2021); Hanlon e Heitzman (2010),	(-/+)
	ETR	$\frac{(Desp. IRPJ + CSLL)_t + (Desp. IRPJ + CSLL)_{t-1} + (Desp. IRPJ + CSLL)_{t-2}}{LAIR_t + LAIR_{t-a} + LAIR_{t-2}}$	Martinez e Ramalho (2017); Xu, Mo e Peng (2020); Costa e Junior (2020).	(-/+)
	Cash ETR	$\frac{Desp. IRPJ + CSLL}{LAIR}$	Martinez e Silva (2017); Moraes, Nascimento, Soares e Primola (2021); Hanlon e Heitzman (2010).	(-/+)
	ETR CORRENTE	$\frac{IRPJ + CSLL\ CORRENTE}{LAIR}$	Chiachio e Martinez (2019).	(-/+)
	ETR DIFERIDO	$\frac{PG. IRPJ + CSLL\ DIFERIDO}{LAIR}$	Santos, Guimarães e Macedo (2018); Martinez e Rodrigues (2020); Higgins, Omer e Phillips (2014);	(-/+)
Controle	Alavancagem (ALAV)	$\frac{EMPRÉS. E FIN.}{ATIVO\ TOTAL}$	Balakrishnan, Blouin e Guay (2019)	(+)
	Desempenho (DES)	$\frac{LUCRO\ LÍQUIDO}{ATIVO\ TOTAL}$	Moraes, Nascimento, Soares e Primola (2021)	(+)
	Market-to-book (MKB)	$\frac{VL. MERCADO}{VL. PL}$	Martinez e Rodrigues (2020)	(+)
	Nível de Governança	Dummy (1 - determinado setor; 0 - Caso Contrário)	Souza, Martinez, Murcia e Bastos (2019)	(+)

Fonte: Adaptado de Moraes, Nascimento, Soares e Primola (2021).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na presente seção serão apresentados os resultados do presente estudo, no qual envolve estatística descritiva e regressão de dados, estado estes acompanhados das descrições.

4.1 Estatística Descritiva

A Tabela 02 possui a finalidade de apresentar o comportamento da variável dependente, sendo observada desde 2012 até 2021, na qual se encontra o índice de divulgação de tributos sobre o lucro, sendo aplicado presente estudo as empresas comerciais, comerciais e distribuição da B3.

Tabela 02 - Índice de Evidenciação de Tributos sobre o Lucro

Índice Disclosure										
Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Índice de Evidenciação	0,544	0,544	0,575	0,575	0,645	0,655	0,700	0,677	0,657	0,682

Fonte: Dados da pesquisa.

Identifica-se que as companhias comerciais, comerciais e distribuição da B3 estão aplicando gradualmente as recomendações feitas pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, no que envolve o escopo abordado pelo item “Divulgação”, especialmente na discriminação dos tributos corrente e diferidos. Além disso, as organizações passam a se preocupar com a divulgação de informações que possam impactar no pagamento de dividendos aos acionistas, levando em consideração exercícios sociais futuros.

A Tabela 03 apresenta as variáveis independentes que foram utilizadas na presente pesquisa, na qual está acompanhada da média, mediana, desvio padrão, mínimo e máximo.

Tabela 03 - Estatística Descritiva

Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo
ETR	0,322	0,242	1,450	14,50	-4,747
CashETR	-3,120	0,261	50,700	61,42	-643,210
ETRCor	-1,570	0,239	26,100	34,49	-330,990
ETRDfi	-1,550	0,004	24,600	26,93	-312,220
BTD	0,025	0,021	0,085	0,48	-0,483
Desempenho	0,035	0,041	0,127	0,29	-1,259
Market to Book	3,270	1,939	9,310	117,21	-5,240
Alavancagem	0,226	0,200	0,181	1,06	0,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre as variáveis independentes, a taxa efetiva de tributos (ETR) conceituada por Hanlon e Heitzman (2010) como métrica para verificar agressividade tributária das organizações, apresenta média de 0,32 e mediana de 0,24. Em adição a essa observação, as companhias que estão voltadas a explorar atividades comerciais e distribuição, estão expostas a quadros diversos de regulamentação tributária, na qual se origina pela diversidade de produtos e serviços. As variáveis CashETR, ETRCor, ETRDif forma as que apresentaram maior desvio-padrão, representando essas os desdobramentos da variável ETR.

A Tabela 04 possui a finalidade de observar a disposição amostral diante de sua divisão, realizada por meio do *percentil* aplicado em todos os dados, no sentido de aprofundar a visualização das variáveis independentes do modelo econométrico.

Tabela 04 - Estatística Descritiva

Variáveis	Percentil				
	0	25	50	75	100
ETR	-4,75	0,142	0,242	0,309	14,5

Continua

CashETR	-643	0,0238	0,262	0,473	61,4
ETRCor	-331	0,0762	0,24	0,31	34,5
ETRDfi	-312	-0,0385	0,0048	0,169	26,9
Desempenho	-1,26	0,00662	0,0411	0,0885	0,294
Market to Book	-5,25	1,03	1,94	3,63	117
Alavancagem	0	0,11	0,2	0,308	1,06

Fonte: Dados da pesquisa.

Conclusão

Diante da pré-visualização dos dados que podem ser considerados como *outliers*, assim como Costa e Junior (2020), a presente pesquisa buscou minimizar os possíveis efeitos causados pela natureza desses dados, fazendo a sua devida eliminação. Nesse sentido, *outliers* se apresentaram nas variáveis ETR, ETR_Cor, ETR_ Dif no percentil 100 como também na variável de controle Market to Book.

4.2 Resultado do Modelo de Regressão

Na presente seção será apontado os achados produzidos pelos modelos regressão realizados. Para cada estimador da agressividade fiscal, foram realizadas regressões utilizadas todos os dados da amostra. Destaca-se que para a hipótese de pesquisa testada, se espera que os valores dos coeficientes das variáveis de interesse venham se apresentar estatisticamente significativos e negativos, de modo a demonstrar o efeito da agressividade fiscal sobre a evidenciação contábil. Diante ao que Costa e Junior (2020) e Martinez (2017) apresentam em seus estudos, o sinal negativo implica que a agressividade tributária, medida pelas variáveis de interesse da presente pesquisa, possui um efeito negativo sobre o nível de evidenciação contábil das companhias.

A Tabela 05 apresenta os resultados da regressão, na qual se inclinou em observar apenas os efeitos das variáveis de interesse sobre a evidenciação contábil das companhias do setor de comércio e comércio e distribuição da B3.

Tabela 05 - Produto da regressão por efeitos aleatórios

Estimação	Dependente <i>Disclosure</i>				
	Efeito Aleatório	Efeito Aleatório	Efeito Aleatório	Efeito Aleatório	Efeito Aleatório
Effective Tax Rate	- 0,597 (0,602)				
<i>CashETR</i>		- 0,038 (0,062)			
<i>ETRCor</i>			- 0,039 (0,062)		
<i>ETRDfi</i>				- 0,037 (0,062)	
Book Tax Differences					0,128* (0,070)
Constante	0,049 (0,182)	0,088 (0,170)	0,088 (0,170)	0,088 (0,170)	0,084 (0,177)
Observações	145	145	145	145	145
R ²	0,009	0,005	0,005	0,005	0,025
Ajuste R ²	0,002	0,002	0,002	0,002	0,018
F Statistic	0,983	0,386	0,404	0,366	3,389*

Nota:

*p<0,1

**p<0,05

***p<0,01

Deste modo, observa-se que a apresentação na Tabela 04 mostra somente uma variável *Book Tax Differences*, dentre as variáveis de interesse com significância estatística em relação a variável dependente *Disclosure*. Esse efeito positivo também acompanha os resultados esperados por Martinez e Rodrigues (2020), além do perfil das empresas que compõe a amostra, na qual estão submersas em atividades operacionais e econômicas diversificadas.

A Tabela 06 apresenta o resultado da regressão pelo estimador de efeitos aleatório, no qual observou todas as variáveis do modelo estatístico, incluindo a variável *dummy* que identifica o nível de governança definido pela B3

Tabela 06 - Produto da regressão por efeitos aleatórios

Estimação	Dependente <i>Disclosure</i>				
	Efeito Aleatório	Efeito Aleatório	Efeito Aleatório	Efeito Aleatório	Efeito Aleatório
Effective Tax Rate	- 1,062*				
	(0,642)				
<i>CashETR</i>		- 0,034			
		(0,062)			
<i>ETRCor</i>			- 0,035		
			(0,062)		
<i>ETRDfi</i>				- 0,033	
				(0,061)	
Book Tax Differences					0,260**
					(0,109)
Desempenho	0,014	0,010	0,010	0,010	-0,162*
	(0,063)	(0,064)	(0,064)	(0,064)	(0,095)
Market to Book	0,073	0,040	0,040	0,040	0,057
	(0,061)	(0,059)	(0,058)	(0,059)	(0,057)
Alavancagem	- 0,127	- 0,110	- 0,011	- 0,109	- 0,100
	(0,087)	(0,087)	(0,087)	(0,087)	(0,086)
Dummy Governança B3	0,702**	0,699**	0,699**	0,700***	0,673**
	(0,327)	(0,315)	(0,315)	(0,314)	(0,326)
Constante	- 0,477*	- 0,398	- 0,398	- 0,398	- 0,388
	(0,286)	(0,270)	(0,270)	(0,269)	(0,282)
Observações	145	145	145	145	145
R ²	0,073	0,059	0,059	0,059	0,091
Ajuste R ²	0,040	0,025	0,026	0,025	0,058
F Statistic	10.703*	8.526	8.531	8.522	13.702**

Nota:

*p<0,1

**p<0,05

***p<0,01

De forma, observa-se que *Book Tax Differences*, conta com efeito positivo sobre a variável que representa evidenciação contábil de tributos sobre o lucro. Dessa forma, a métrica de agressividade tributária que observa a diferença do lucro contábil e tributável, diante do efeito positivo no presente estudo, contraria os achados de Martinez e Ramalho (2017), Xu, Mo e Peng (2020) e Costa e Junior (2020). Entretanto, algumas peculiaridades das atividades do setor comercial e de distribuição devem ser levadas em consideração, como é o caso da diversidade dos recursos controlados por essas entidades, gerenciamento de resultado sobre os itens patrimoniais identificados por Chiachio e Martinez (2019). Além disso, líderes de mercado podem vir a influenciar a discussão das inferências estatísticas, que venha

tentar explicar fenômenos presente nesses setores, logo que existe deficiências econômicas e acesso ao crédito como apresenta Martinez e Silva (2018).

Assim, analisa-se que a *Effective Tax Rate* possui efeito negativo sobre a variável dependente *Disclosure*, entretanto os seus desdobramentos em ETRDif, CashETR e ETRCor, estudados por Chiachio e Martinez (2019) não apresentaram significância estatística em relação ao índice de divulgação contábil das companhias pesquisadas. Ademais, assim como pontua Souza, Martinez, Murcia e Bastos (2019), no qual o nível de governança é uma variável presente nos modelos estatísticos que estão voltados aos estudos dos índices de divulgação contábil. Em concordância a isso, Moraes, Nascimento, Soares e Primola (2021), observa que a identificação do nível de governança é apresentada pela literatura com significância estatística, na qual reforça a consistência dos modelos econométricos, no sentido de auxiliar a explicação do fenômeno estudado na presente pesquisa.

A variável explicativa desempenho apresentou significância estatística com efeito positivo sobre a variável dependente, corroborando com os achados de Martinez e Rodrigues (2020), em que analisa o efeito do resultado operacional e financeiro das organizações, sobre o patrimônio. Essa variável, por meio do estimador de efeitos aleatórios, evidencia que o desempenho empresarial conta com efeito positivo sobre a evidenciação das empresas comerciais e distribuidoras. Apresentando assim, no qual apesar de serem setores diversificados em produtos e canais de vendas pelo que observa a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o desempenho empresarial é uma variável comum e que conta com significância estatística.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar a seguinte hipótese de pesquisa: H_1 : agressividade fiscal influencia negativamente a evidenciação referente aos tributos sobre o lucro. Partiu-se de uma amostra composta por 34 empresas que exploram atividades comerciais e distribuição reconhecidas pelo subsetor econômico da Bolsa, Brasil, Balcão B3. O período de análise teve início em 2012 e seguiu até o encerramento do exercício social das companhias do ano de 2021. A variável dependente do modelo estatístico observou o índice de divulgação contábil em relação aos tributos (IRPJ e CSLL) sobre o lucro. As variáveis explicativas observaram as métricas de agressividade tributária BTD, ETR adicionada de seus desdobramentos, alavancagem, market to book, nível de governança e alavancagem.

No modelo de regressão em que consideramos apenas as métricas de agressividade tributária, somente o BTD apresentou significância estatística sobre a variável dependente de evidenciação contábil de tributos sobre o lucro. Diante disso, contudo, ao fazer a inserção das demais variáveis utilizadas pela literatura, observa-se que o nível de governança em que a empresa se encontra classificada, possui significância, como também a taxa efetiva de tributos sobre o lucro (ETR). Esta última, em seus desdobramentos em taxa efetiva de tributos correntes, diferido e anual, não apresentaram qualquer poder de explicação sobre a variável dependente. Em adição a isso, o desempenho exerceu poder explicativo sobre a variável *Disclosure*.

Diante dos resultados, é possível pressupor que a agressividade fiscal apresenta influência sobre o nível de evidenciação contábil de tributos sobre o lucro, no que envolve o setor comercial e distribuição da Bolsa, Brasil, Balcão B3. Destaca-se que os dados utilizados para produzir as métricas de agressividade tributária, como também o levantamento do índice de divulgação, além das demais variáveis explicativas, são dados primários de organizações que exploram atividades econômicas em todo território nacional. Além desse fato, as mesmas organizações estão inseridas no mercado por meio de uma cadeia de produtos diversos, que contempla itens de vestuário até medicamentos controlados.

A importância do presente trabalho se dá pela observação de setores (comercial e distribuição) que contam com perfis sensíveis, no que tange ao atendimento de necessidades primárias da população. Em adição a essa observação, podemos analisar sua comunicação contábil tributária (divulgação tributária), como também suas ações em relação ao recolhimento e diferimento dos tributos sobre o lucro. Em decorrência disso, a pesquisa não se conclui diante dos achados apresentados no momento. Pesquisas futuras podem explorar

pontos em relação a mais segmentos da Bolsa, Brasil, Balcão B3, como os setores que não são diversificados, especialmente por força regulatória. Em adição a isso, os estudos podem adicionar variáveis que explorem rentabilidade e desempenho empresarial ao modelo, no qual irá se inclinar em observar o comportamento explicativo que podem produzir sobre a variável dependente *Disclosure*.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Risolene Alves de Macena; FILHO, Paulo Amilton Maia Leite. Reflexo do Nível de Agressividade Fiscal Sobre a Rentabilidade de Empresas Listadas na B3 E NYSE. **Revista Universo Contábil**, v. 14, n.4, p. 115-136, 2018.

BALAKRISHNAN, Karthik; BLOUIN, Jennifer; GUAY, Wayne. Tax Aggressiveness and Corporate Transparency. **The Accounting Review**, v. 25, p. 45-69, 2019.

CASTRO, Mariana Camilla Coelho Silva; VIEIRA, Laís Karlina; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Comparação do Disclosure de Contingências Ativas e Passivas nas Empresas Brasileiras com Ações Negociadas na Bm&Fbovespa e na NYSE. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 20, n. 2, p. 52-69, 2016.

CHIACHIO, Viviane Ferreira de Oliveira; MARTINEZ, Antonio Lopo. Efeitos do Modelo de Fleuriet e índices de Liquidez na Agressividade Tributária. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 23, n. 2 p. 160-181, 2019.

COLLI, Kamyille Garcia; TELLES, Mariana Borges Cortal Silva; MARQUES, Vagner Antônio. O Efeito dos Incentivos Fiscais sobre o Nível de Evidenciação Tributária das empresas Brasileiras listadas na B3. **Revista Inovar Contábil**, v. 1, n. 1, 2020.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro**. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 12 mar 2022.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Orientação Técnica CPC 09 - Relato Integrado**. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 14 abr 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TG nº 32/2009**. Disponível em <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1189.pdf> Acesso em: 08 mar 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC CTG nº 09/2020**. Disponível em: <<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/CTG09.pdf>> Acesso em: 14 abr 2022.

COSTA, Fábio Moraes; JÚNIOR, Radjalma Lucena Amorim. Reorganizações Societárias e Agressividade Tributária. **Revista Evidenciação Contábil e Finanças**, v. 8, n. 3, p.5-22, 2020.

ELLWANGER, Kim. Regime de metas de inflação em países da América Latina: uma revisão teórica. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 7, n. 14, 2019.

FRANZOTTI, Tatiane Del Arco; VALLE, Maurício Ribeiro. Impacto de crises sobre investimentos e financiamentos de companhias: abordagem no contexto de restrições financeiras. **Brazilian Business Review**, v. 17, n. 2, 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Kellma Bianca Cardoso; COSTA, Patrícia de Souza. Fatores determinantes das *book-tax differences*. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 29, 2017.

HANLON, Michelle; HEITZMAN, Shane. A review of tax research. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, p. 127-178, 2010.

HIGGINS, Danielle; OMER, Thomas C.; PHILLIPS, John D. The Influence of a Firms' Business Strategy on its Tax Aggressiveness. **Contemporary Accounting Research**, v. 32, n. 2, p. 674-702, 2020.

BRASIL. Lei nº, 9.249 de 26 de Dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9249.htm>. Acesso em: 10 mar 2022.

MARTINEZ, Antonio Lopo; RAMALHO, Vinicius Pereira. Agressividade Tributária e Sustentabilidade Empresarial no Brasil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 16, n. 49 p. 7-16, 2017.

MARTINEZ, Antonio Lopo; RODRIGUES, Aline Maioli. The Effect of Corporate Diversification on Tax Aggressiveness in Brazilian Companies. **Journal of Accounting, Management and Governance**, v. 23, n. 1 p. 38-55, 2020.

MARTINEZ, Antonio Lopo; SILVA, Renan Ferreira. Agressividade Fiscal e o Custo de Capital de Terceiros no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 1, p. 240-251, 2017.

MARTINEZ, Antonio Lopo; SILVA, Raimundo da Silva. Restrição Financeira e Agressividade Fiscal nas Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 11, n. 3, p. 448-463, 2018.

MILES, R. E.; SNOW, C. C. **Organizational strategy, structure and process** New York: McGraw-Hill, 1978.

MORAES, Gabriela Silva de Castro; NASCIMENTO, Eduardo Mendes; SOARES, Sandro Vieira; PRIMOLA, Bernardo Fernandes Lott. Agressividade fiscal e evidenciação tributária: Um estudo nas companhias brasileiras de capital aberto. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 19, n. 13, p. 197-216, 2021.

RAMOS, Marcia Corrêa; MARTINEZ, Antônio Lopo. Agressividade Tributária e o Refazimento das Demonstrações Financeiras nas empresas brasileiras listadas na B3. **Pensar Contábil**, v. 20, n. 72, 2018.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Resolução Nº 14, de 09 de dezembro de 2020.** Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/resolucoes/anexos/001/resol014.pdf>> Acesso em: 14 abr 2022.

SANTOS, Débora Charles; GUIMARÃES, Guilherme Otavio Monteiro; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. Gerenciamento Tributário e Qualidade da Informação Contábil: Análise do Impacto da Agressividade Tributária na Capacidade Informacional do Lucro para o Mercado Brasileiro de Capitais. **Pensar Contábil**, v. 21, n. 74, 2019.

SHACKELFORD, D. A.; SHEVLIN, T. Empirical tax research in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1-3 p. 321-387, 2001.

SOUZA, Marina Magalhães; MARTINEZ, Antonio Lopo; MURCIA, Fernando Dal-Ri; BASTOS, Sergio Augusto Pereira. Os Determinantes do Cumprimento das Normas de Disclosure das Provisões e das Contingências Ativas e Passivas na B3. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 14, n. 2, 2019.

XU, Shawn; MO, Wan-Shin (Cindy); PENG, Jacob. How Does Tax Aggressiveness Affect Shareholder Wealth? An Examination Using a Regulatory Transition. **The International Journal of Accounting**, v. 55, n. 4, 2020.